

SE LIGA

ATENS SINDICATO NACIONAL

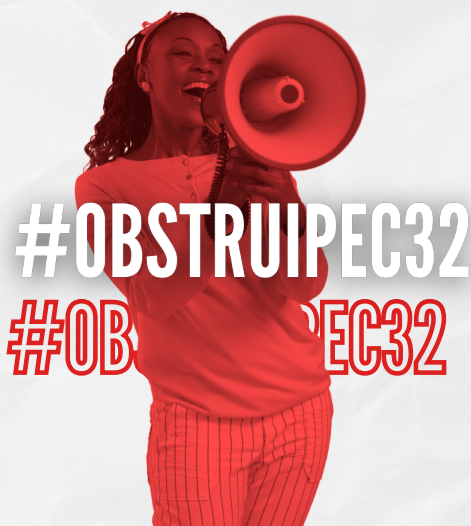
ABRIL, 2021 - 7ª EDIÇÃO



Pressão na CCJ contra a Reforma Administrativa

Na quinta-feira, 22 de abril, foi aprovado o requerimento que prevê a realização de sete audiências públicas sobre a Reforma Administrativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Antes do acordo na Comissão, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), pretendia levar a proposta diretamente ao plenário, sem debate na CCJ.

Desta forma, o ATENS Sindicato Nacional orienta todos os seus filiados a intensificarem as mobilizações para pressionar os parlamentares membros da CCJ a suspender imediatamente a tramitação da proposta. É inadmissível que uma Proposta de Emenda Constitucional de tanto impacto na administração pública siga avançando sem debate, em meio a uma pandemia com três mil mortes diárias.



Para contribuir com esta mobilização, o ATENS Sindicato Nacional implementou em seu site uma plataforma automática de envio de e-mails aos deputados membros da CCJ. Para participar, acesse www.atens-sn.org.br/fale-com-deputados/, preencha os dados com o seu nome e e-mail e clique em enviar. Desta forma, o texto padrão, que exige posicionamento contrário à PEC 32, será enviado a todos os parlamentares membros da CCJ.

Convidamos também todos os filiados a assinarem a petição lançada pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, a qual o ATENS Sindicato Nacional integra desde 2019. As assinaturas recolhidas serão entregues ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), com o objetivo de pressioná-lo a suspender a tramitação da Reforma Administrativa durante o período que durar a pandemia e as restrições de atividades presenciais. Para assinar a petição, [clique aqui](#).

ATENS SN participa de reunião com vice-presidente da Câmara sobre a PEC 32

O ATENS Sindicato Nacional participou, no dia 8 de abril, da reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público com o deputado Marcelo Ramos, 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, para debater sobre a Reforma Administrativa. A reunião contou com 98 participantes, contando com os coordenadores da Frente, o deputado Rogério Correia (PT) e o deputado Paulo Ramos (PDT), e com representantes de entidades representativas de servidores públicos.

Na ocasião, o deputado Marcelo Ramos, afirmou ser contrário ao fim da estabilidade e fez uma defesa dos servidores públicos, ao declarar que acredita que, no funcionalismo, privilégios não são regras e sim exceções. Ramos também apontou que existem mecanismos na PEC 32 que precisam ser debatidos com ambos os lados e outros que já deveriam ser retirados na própria avaliação de constitucionalidade na CCJ, como a transferência de poderes do parlamento para o executivo. O vice-presidente da Câmara também concordou que o momento não é oportuno para colocar a PEC 32 em pauta e prometeu discutir este ponto com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira. A reunião foi gravada e disponibilizada no canal do YouTube da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, [clique aqui](#).

Apesar do discurso em defesa do funcionalismo público e de ter assumido um compromisso com os membros da Frente, o deputado Marcelo Ramos já se contradisse quando falou em nome do Presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, na primeira audiência pública sobre a Reforma Administrativa na CCJ, que a Comissão não deve discutir mérito, mas verificar se a proposta é inconstitucional. Para ser considerada inconstitucional, precisa contrariar alguma cláusula pétrea, o que, segundo ele, não ocorre e que o texto está perfeito. A participação de todos nesta luta precisa aumentar! Permanecemos atentos e firmes!

Vitória da Educação! Essencial é a vida!

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 20 de abril, o PL 5595/2020, que estabelece a educação básica e superior como serviço essencial e permite a volta às aulas presenciais durante a pandemia.

Após muita mobilização e pressão da sociedade civil, o senador Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional, recebeu, nesta quinta-feira, 29 de abril, uma comitiva representando 113 entidades e a Bancada da Educação da Câmara Federal, com os deputados Rogério Correia, Alice Portugal, Israel Batista e Reginaldo Lopes. Na reunião, os parlamentares pediram a suspensão da votação do PL 5595/20

O senador Rodrigo Pacheco se comprometeu a defender a retirada do projeto e iniciar uma discussão sobre o retorno seguro às aulas. Segundo o senador, a vacinação de todos os trabalhadores da educação é uma premissa para que o retorno das aulas seja seguro.

Apesar do comprometimento do senador, precisamos nos manter atentos para que o PL 5595/20 caia definitivamente. Para que possamos continuar nesta mobilização, o ATENS Sindicato Nacional elaborou uma plataforma de e-mails automática para que todos possam enviar mensagens aos senadores cobrando uma posição contrária ao projeto.

Estamos vivenciando o pior momento da pandemia com números terríveis de mortes, taxas de contágio e internação. O sistema de saúde está colapsado, faltam médicos, leitos e até medicamentos para intubação.

Obrigar o retorno presencial das aulas em uma das piores fases da pandemia é desprezar a vida e o futuro do Brasil. Essencial é a VIDA dos professores, funcionários e alunos das escolas e universidades.

Para participar da ação, acesse: www.atens-sn.org.br/campanha-senadores/ preencha seu nome e e-mail e clique em enviar, para que todos os senadores recebam a mensagem padrão que disponibilizamos.

Precisamos de união e força para vencermos mais essa batalha! Juntos, venceremos!

Juridiquês SE LIGA

Rapidinhas

Twitter: O ATENS Sindicato Nacional agora está no twitter! Siga o nosso perfil e fortaleça o nosso sindicato! Convidamos você também a participar, toda segunda-feira, às 19h, dos twittaços contra a PEC 32, promovidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

Agenda do ATENS: Agora você pode acompanhar a agenda da diretoria do ATENS SN pelas nossas redes sociais. Todas às segundas-feiras, pela manhã, será publicado um post com todos os compromissos da diretoria daquela semana. Venha saber como estamos trabalhando por aqui!

2º dose de esperança: Segundo matéria publicada no dia 19 de abril no jornal El País, ao menos 6% da população brasileira não retornou para tomar a segunda dose da vacina contra a covid-19. Espalhe a informação e conscientize que a imunização só se completa após a segunda dose. Se você já tomou a primeira dose, fique atento a sua carteirinha de vacinação e sua data para tomar a segunda dose.



@AtensSn



Lei assegura indenização a profissionais de saúde que atuaram na epidemia e que foram atingidos pela covid-19.

Em 26 de março deste ano, foi sancionada a Lei nº 14.128/2021, que estabelece compensação financeira aos profissionais de saúde da linha de frente de combate à Covid-19 em caso de invalidez permanente ou morte.

A indenização é de R\$ 50 mil para o trabalhador ou sua família. No caso de falecimento, há ainda uma prestação variável para dependentes menores de 21 anos, ou com idade de até 24 anos, caso esteja cursando faculdade. Neste caso, o valor é calculado multiplicando-se R\$ 10 mil pelo número de anos que faltam para atingir a idade necessária.

Têm direito à compensação os profissionais reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, além de fisioterapeutas, nutricionistas, assistentes sociais, profissionais que trabalham com testagem nos laboratórios de análises clínicas, trabalhadores de nível técnico ou auxiliar vinculados às áreas de saúde, agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

A lei tem um impacto positivo na garantia de uma proteção aos trabalhadores que ficaram inválidos ou à sua família. É uma conquista importante para uma série de profissionais que atuam de forma heroica na maior crise sanitária já vivida em nosso país.

A norma também altera as regras para a justificativa de ausência do funcionário em caso de imposição de isolamento. Até então, o trabalhador tinha 48 horas para apresentar atestado médico. A partir de agora, o empregado está dispensado da comprovação por sete dias.

Se você se enquadra nessa situação ou tem alguma dúvida, entre em contato com a assessoria jurídica do ATENS Sindicato Nacional pelo e-mail juridico@atens-sn.org.br.



Atendimento - Diretoria Nacional
Secretaria
Tel: (31) 3879-3498
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
E-mail: juridico@atens-sn.org.br